

UM MODO DE ESCREVER, UM MODO DE EDUCAR: CARTAS PORTUGUESAS OITOCENTISTAS

A WAY OF WRITING, A WAY OF EDUCATION:
PORTUGUESE NINETEENTH CENTURY LETTERS

Fabiana Sena¹
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo dar visibilidade ao modo de escrever e de educar por meio das epístolas portuguesas *Da Educação: cartas dirigidas a uma senhora ilustre encarregada da instituição de uma jovem princesa* (1829), de Almeida Garrett, e *Código do Bom-tom, ou, Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX* (1845), de José Ignácio Roquette. Tais epístolas circularam no Brasil, divulgando ideias, conceitos e formas a respeito do modo de ser e de viver da época, no Século XIX, para uma diminuta elite, formada pela comunidade letrada, que, devido à sua histórica condição, detinha o controle absoluto de uma cultura erudita. Nas duas cartas portuguesas, o propósito dos autores era de instituir um modo de educar, porque eles queriam persuadir seus destinatários, fossem eles reais - a Corte portuguesa - ou ficcionais - a seguirem seus conselhos apresentados nas cartas. Então, quais as orientações para os destinatários das cartas? Qual o modelo de educação para meninos e meninas? Com efeito, o estudo da epistolografia consiste em compreender a mentalidade de uma época sobre a educação e a instrução pública portuguesa, cujas ideias presentes nas cartas circularam no Brasil oitocentista.

Palavras-chave: Carta. Educação. Oitocentista.

O fim da educação é de fazer um membro útil e feliz da sociedade. O objecto da educação é formar o corpo, o coração e o espírito do educando (GARRET, 1867, p. 39).

Este estudo tem como objetivo dar visibilidade ao modo de escrever e de educar através das epístolas portuguesas *Da Educação: cartas dirigidas a uma senhora ilustre encarregada da instituição de uma jovem princesa* (1829), de Almeida Garrett, e *Código do Bom-tom, ou, Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX* (1845), de José Ignácio Roquette. Tais epístolas circularam no Brasil, divulgando ideias, conceitos e formas a respeito do modo de ser e de viver da época no Século XIX para uma diminuta elite, formada pela comunidade letrada, que, devido à sua histórica condição, detinha o controle absoluto de uma cultura erudita.

No Brasil, o estudo sobre os epistolares portugueses, no Século XIX, possibilitará percebê-los como instrumentos para educar e civilizar a distância,

¹ Professora Adjunta no Departamento de Metodologia da Educação do Centro de Educação. Credenciada no PPGE. Desenvolve pesquisa financiada pelo CNPq. E-mail: fabianasena@yahoo.com.br

inserindo-os nos tratados formulados sobre a temática, nos livros de leitura e em outros documentos que abordam o modo de educar no Império.

1 CARTAS PORTUGUESAS PARA EDUCAR E CIVILIZAR: BREVES NOTAS DAS OBRAS DE ALMEIDA GARRETT E DE ROQUETTE

O português Almeida Garrett², ao publicar *Da Educação: cartas dirigidas a uma senhora encarregada da instituição de uma jovem princesa* (1829)³, teve como objetivo oferecer um tratado completo de educação para os portugueses, já que a educação desses jovens era feita em outros países europeus. Embora soubesse que essa publicação não supriria a deficiência de tratados portugueses, Garrett (1867, p. 16) propôs:

Devemos examinar as escolhas, estudar os systemas de educação dos países mais civilizados, não para mandar a elas nossos filhos – que os não queremos para francezes, inglezes, ou allemães, senão para portugueses - para melhorarmos e aperfeiçoarmos nossas escolhas por essas.

Reconhecendo a importância dos estudos e dos tratados de outras nacionalidades europeias e de que o seu trabalho não era o mais completo para a instituição⁴ nacional dos portugueses, Garrett se apropriou de estudos de diversos colégios franceses e ingleses, comparando os métodos, e observou os resultados, a fim de não cometer o erro de construir “[...] um livro especulativo ou uma espécie de memória de gabinete”, mas um “tratado útil e praticável [...]” (GARRETT, 1867, p. 17), onde reuniu as próprias observações e modelou-as para o contexto português.

² João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett. 1.º Visconde d'Almeida-Garrett, por decreto de 25 de Junho de 1851, Par do Reino, do Conselho de Sua Magestade; Ministro d'Estado honorario; Vogal do Conselho Ultramarino; Ministro Plenipotenciario em disponibilidade, Juiz do Tribunal Superior do Commercio; Commendador da Ordem de Christo, e Cavalleiro da da Torre e Espada em Portugal; Balio honorario e Grão-Cruz da Ordem de S. João de Jerusalem; Grão-Cruz das da Rosa do Brasil; da Estrella polar da Suecia; de Leopoldo da Belgica; Grande Official da Legião de Honra de França; condecorado com o Nichani Iftihar da Turquia de 1.ª classe; Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; Deputado ás Côrtes constituintes de 1837, e as subsequentes; Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Instituto Historico-Geographico do Brasil, e de outras Associações scientificas e litterarias, nacionaes e estrangeiras, etc. - N. na cidade do Porto a 4 de Fevereiro de 1799, sendo filho de Antonio Bernardo da Silva Garrett, Fidalgo da C. R., e Guarda-mór da Alfandega da mesma cidade, natural dos Açores, e descendente de uma familia irlandeza, que emigrando por motivos de religião para Hespanha viera para Portugal no sequito da rainha D. Marianna, mulher d'el-rei D. José; e de D. Anna Augusta de Almeida Leitão, que era por seu pae oriunda do Brasil. - M. em Lisboa, na rua de Sancta Isabel n.º 56, a 10 de Dezembro de 1854. Jaz no cemiterio dos Prazeres. (DICIONÁRIO BIBLIOGRÁFICO PORTUGUÊS DE INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA, s/d).

³ Para este trabalho, utilizo a 2ª edição de 1867, publicada na cidade do Porto pela editora Casa da Viuva Moré.

⁴ Estabelecimento que se dedica ao ensino, à educação. Entendido como (ação e resultado de instituir). Dicionário Aulete Digital.

Almeida Garrett se baseou na célebre obra, *Emílio ou Da Educação* (1762), do francês Jean-Jacques Rousseau, dividida em quatro partes, que tratam do físico, da moral e do intelecto, conforme expressa claramente na introdução (GARRETT, 1829, p. 25) e na própria estrutura do seu escrito. A pretensão do filósofo francês não era de tornar sua obra “[...] um tratado dogmático, mas sim, um livro simbólico e ‘exemplar’, uma coletânea de sugestões e de exemplos que visam essencialmente ‘fazer com que outros tenham boas idéias’[...]” (LAUNAY, 1995, p. XVI, grifo do autor). Tomando como referência essa obra francesa, Garrett estabeleceu as divisões de seu tratado ao estilo de Rousseau⁵, conforme segue abaixo:

Livro Primeiro: Educação doméstica ou paternal, comum d’ambos os sexos.

Parte I: Systema Geral – Infancia á puericia

Parte II: Puericia, á adolescência

Livro Segundo: Educação do gymnasio, ditta pública, para o sexo masculino.

Parte I: Adolescencia, á puberdade

Parte II: Puberdade, á virilidade

Livro Terceiro: Educação maternal ou do gyneceu para o sexo feminino.

Parte I: Adolescencia, á nubilidadade

Parte II: Nubilidadade, á maturidade

Livro Quarto: Educação Pública propriamente ditta.

Parte I: Educação de orphams e desemparrados.

Parte II: Educação de privilegiados

Parte III: Educação das classes inferiores

Parte IV: Educação academica e profissional (GARRETT, 1867, p. 28 29)

Os livros que compõem a obra em estudo, cujos títulos estão elencados acima, aparecem também sob a denominação de ‘carta primeira’. Detendo-nos apenas no Livro Primeiro, que só pôde ser localizado na *web*, Almeida Garrett destinou as 12 cartas, com 288 páginas, a uma senhora. Sem especificação na obra a respeito dessa destinatária, Azevedo (2011, p. 284) informa que “[...] era D. Leonor da Câmara, marquesa de Ponta Delgada, nomeada por D. Pedro IV perceptora da sua filha, a futura D. Maria II [...]”.

A destinatária é chamada pelo autor de “Minha Senhora”, cuja forma de tratamento é utilizada em cada carta que o autor escreveu. A augusta soberana a quem Garrett se refere é D. Maria II, a jovem rainha, embora não a revele nas cartas. Outro

⁵ Em o *Emílio, ou da Educação*, Rousseau escreveu cinco livros sobre o tratado da educação: Livro I: A idade de natureza – o bebê; Livro II: A idade de natureza – de 2 a 12anos; Livro III: A idade de força – 12 a 15 anos; Livro IV: a idade de razão e das paixões – de 15 a 20 anos; Livro V: A idade da sabedoria e do casamento – de 20 a 25 anos.

destinatário implícito é a corte portuguesa, já que Garrett orienta a senhora responsável pela educação da augusta soberana para o governo.

Para assegurar que sua obra não estava respaldada em suas invenções, Garrett (1867, p. 34) anunciou esse legado à sua destinatária, a qual também se estende ao grande público, já que afirmou que o assunto tratado era de caráter “público e nacional”, que teve influência de Aristóteles, Plutarco, Fénelon, Rollin, Rousseau, Helvécio, Locke, Condillac e Genlis. Mas um escrito em forma epistolar relevante cuja influência Garrett menciona é a *Carta de Guia de Casados*, de 1651⁶, da autoria de D. Francisco Manuel de Mello⁷, que foi escrita, “[...] sendo rogado de hum amigo que entendia casarse, para que lhe desse alguns bons conselhos & auisos acerca desse estado, escreveu este discurso (como ele mesmo afirma) sem algum artifício, que he boa qualidade para dar credito ao que se aconselha [...]” (MELO, 1820, p. XII). O objetivo da obra, segundo D. Francisco Manuel, “[...] foi seu animo persuadir aos casados a paz e concordia com que devem ordenar sua vida; encomedar a estimação das mulheres próprias; inculcar os meios por donde o amor se conserva, & se aumenta a opinião [...]” (MELO, 1820, p. XIII). As cartas destinadas a “Minha Senhora” revelam uma forma de convencer a corte portuguesa sobre o modo de educar a nobreza e se configuram como um tratado da educação portuguesa, conforme o autor anuncia na introdução.

Essa espécie de tratado sobre a escrita epistolar demonstra uma tradição portuguesa de formular e organizar a educação sob essa forma de escrita, como, por exemplo, o *Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à República e à Igreja* (1746), de Luís Antonio Verney, e *Cartas sobre Educação da Mocidade* (1759), de Ribeiro Sanches. A primeira obra é constituída “[...] por dezesseis cartas, ocupando-se cada uma delas de um dos setores dos estudos então vigentes, no intuito de reformar pedagogicamente todos estes setores” (VERNEY, 1991, p. 20). Os conteúdos das cartas contemplavam desde Gramática até Direito, incluindo estudos sobre a educação de mulheres. Já Ribeiro Sanches expôs sua preocupação educacional e apresentou uma proposta para a educação portuguesa, caso “[...] quisesse sair do atraso e marasmo e ingressar no caminho do progresso das luzes, apontado por Verney e pelo iluminismo cientificista [...]” (TOBIAS, 1986, p. 91).

⁶ A edição utilizada neste trabalho é datada de 1820 e foi publicada em Londres, na officina de T.C Hansard, Peterboro’ – Court, Fleet-Street.

⁷ “Nasceu D. Francisco Manuel em Lisboa aos 23 de Novembro de 1611: seu Pai foi D. Luiz de Mello; sua Mai D. Maria de Toledo; ambos do mais illustre sangue de Hespanha, e Portugal” (p. XVIII). Cf. Epítome da vida de D. Francisco Manuel de Mello, em *Cartas de Guia de Casados*, de 1820.

Outro livro escrito em forma epistolar de interesse deste estudo é o *Código do Bom-tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX*, cuja autoria é do cônego português José Inácio Roquette⁸, e que foi publicado em Portugal em 1845. Nesse livro, as regras de civilidade ocorrem por meio do gênero epistolar, cuja forma textual está presente em toda a obra. Roquette utiliza a ficção para tratar de um assunto real - a civilidade - de modo que se revestiu de um personagem, o pai, para “[...] convencer a corte portuguesa, aqui representada na figura de dois filhos, um de cada sexo, da necessidade de adoção das regras de etiqueta [...]” (SCHWARCZ, 1997, p. 21). Assim, os personagens desse livro são compostos pelo pai, sem nome, por Teófilo, de oito anos de idade, e Eugênia, de seis. As regras foram “[...] escritas de forma clara e didática [...]”, como toda a obra, introduzindo “[...] seus leitores nas especificidades que marcavam a nova vida de sociedade [...]” (ROQUETTE, 1997, p. 11, 45). Roquette utiliza “[...] várias anedotas chistosas que dão amenidade ao estilo didático do livro e acresceram finalmente alguns contos morais em que transluz a virtude modesta entrelaçada com a civilidade [...]”.

Essa obra ficcional revela que o pai saiu de Portugal com seus dois filhos, órfãos de mãe, para se educarem na França, porque esse país estivera agitado de facções na época, e as terras estrangeiras eram a melhor opção para educar as crianças e os jovens. Conforme vimos nas linhas acima, era muito comum os pais mandarem as crianças e os jovens para outros países para receberem educação. Em virtude dessa educação que eles recebiam de outros países, Garrett elaborou o tratado sobre educação (que analisamos acima) para que isso não ocorresse mais. Depois de dez anos longe de sua pátria, o pai resolveu escrever para as crianças, para lhes ensinar tudo o que pertencia à civilidade e à cortesia. Assim, dava-lhes muitos conselhos saudáveis para que vivessem bem com os homens, e não só em Portugal senão em França (ROQUETTE, 1997).

⁸ José Inácio Roquette era natural Alcabideche, Portugal. Ingressou na vida eclesiástica em 1821. Viveu em Londres e em Paris. Em Paris, foi bem acolhido, não só pelo embaixador, que, então, era o Ex.mo Visconde da Carreira, mas também pelo Arcebispo de Paris, que logo lhe forneceu alguns meios de subsistência, colocando-o em uma freguesia do Bairro de S. Germano; bem que pouco serviço pudesse aí prestar, em razão de faltar-lhe o uso e a prática da língua francesa, para que houve mister tempo, até chegar a pregar correntemente e com desembaraço. Deu-se então á tradução e composição de varias obras, com o fim de tornar-se prestável aos seus compatriotas, e também de recolher para si maiores recursos do que podiam provir-lhe dos escassos proventos do ministério eclesiástico. Tornou-se cavaleiro da Ordem Imperial da Rosa, conferida por S. M. o Imperador do Brasil em 3 de Setembro de 1847. As obras por ele compostas, traduzidas ou coordenadas, versam sobre assuntos místicos, e de erudição e literatura sagrada, eclesiástica e profana (DICIONÁRIO BIBLIOGRÁFICO PORTUGUÊS DE INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA, [19--]).

Na introdução do *Código do Bom-tom*, sob o disfarce do personagem ‘o pai’, Roquette revela que sua forma de instruir a distância estava sob a influência de Lord Chesterfield, que “[...] consagrava uma parte do seu tempo a escrever a M. Stanhope, seu filho, de idade de sete anos, sobre objetos que a muita gente pareceriam pueris mas que ele, estadista e homem do mundo, considerava como graves [...]” (ROQUETE, p. 61). O autor português nos oferece dados da identidade do autor britânico, para que possamos compreender bem mais as cartas escritas ao seu filho: “[...] Philip Dormer Stanhope (conde de Chesterfield) é um político, diplomata e homem de letras (Londres, 1694-1773) [...]” (p. 61). A obra referida é *Letters to his son* (1774), cujas cartas foram escritas da Inglaterra, no período de 1746 a 1771, e tratavam da arte de se tornar um homem do mundo e um cavalheiro. O autor indica outros escritos que contribuíram para compor as orientações de civilidade dadas aos personagens Teófilo e Eugênia, como o livro *Petit Carême* (1828), de Massillon, por exemplo, que trata de sermões, e *Escola de Política, ou tratado prático da civilidade portuguesa* (1786), de D. João de N. Sr^a da Porta Siqueira.

O *Código do Bom-tom* contém vinte cartas com assuntos diversos. Cada uma delas trata de um tema específico, a saber: igreja, paço, tratamento, assembleias, cumprimentos, bailes, partidas ou reuniões noturnas, jantares e banquetes, visitas, introduções e apresentações, jogos e jogadores, cartas, estada no campo, viagens, pais e parentes, amigos, criados, Teófilo em particular, Eugênia em particular. Como essas cartas eram endereçadas aos seus filhos, as lições dadas eram diretas, e ora eram escritas em segunda pessoa do plural, ora na segunda do singular. O uso alternante desses pronomes ocorre quando as lições são dadas para os dois ou para cada um, em particular, como, por exemplo:

Tu, Teófilo, pensa e obra como filósofo cristão, mas reveste teus pensamentos e ações da polidez e urbanidade que reina nas cortes; e tu, minha filha, segue os princípios austeros da mulher forte, mas saúda como uma fidalga, e esforça-te por adquirir seu falar suave, e aquele ar reservado e ao mesmo passo natural que anuncia a modéstia sem dela fazer gala (ROQUETTE, 1997, p. 65).

Assim, “[...] o ‘eu’ da enunciação e o ‘tu’ da recepção não eram categorias psicológicas, mas representações de posições sociais preenchidas por outras representações hierárquicas extraídas de todo o social objetivo [...]” (HANSEN, 2000, p. 32). Diante do discurso acima, o de Roquette, é dirigido a um modelo de homem e de mulher da sociedade oitocentista.

2 AS REGRAS DAS EPÍSTOLAS: UM MODO DE ESCREVER PARA EDUCAR

Nas cartas apresentadas neste estudo, Almeida Garrett e Roquette evidenciam que essas escritas estão amparadas em outras cartas. A do primeiro, na *Carta de Guia de Casados*, e a do segundo, em *Letters to his son*. Essa filiação nas cartas dos autores demonstra uma tradição de se escreverem cartas em que há regras e modos de comunicar ao destinatário. Mas, por que escrever em forma de epístola? Qual era o objetivo dos autores-remetentes?

Na seção ‘Ao leitor’ *Da Educação*, Garrett (1867, p. 5) justifica o uso da escrita epistolar em sua obra:

Dei a este corpo de reflexões a epistolar, que por mais singela e desataviada, mais se dá com a facilidade do stylo e sinceridade da expressão, e melhor quadra ao natural pouco dogmatico de um auctor despresumido de si, que antes propõe como quem duvida, do que assevera como quem sabe.

Nas obras analisadas, o uso epistolar para divulgar o tratado de educação e as regras de civilidade se enquadra em um gênero persuasório, segundo a tipologia apresentada por Francisco Rodrigues Lobo, em *Corte na Aldeia*, de 1618, cuja obra é um célebre manual de escrever cartas⁹:

Três gêneros de *cartas missivas* assinala o mesmo Túlio, aos quais alguns costumam reduzir muitas espécies delas. O primeiro é das *cartas de negócio e das causas que tocam à vida, fazenda e estado de cada um*, que é o que para as cartas primeiro foram inventadas; que, por tratarem de cousas familiares, se chamaram assim. O segundo, de cartas dentre amigos uns aos outros, de novas e cumprimentos de galantarias, que servem de recreação para o entendimento e de alívio e consolação para a vida. O terceiro, de matérias mais graves e de peso, como são de governo da República e de matérias Divinas, de advertências a Príncipes e senhoras e outras semelhantes. O primeiro gênero se divide em cartas *domésticas, civis e mercantis*. O segundo em cartas de *novas, de recomendação, de agradecimento, de queixumes, de desculpa e de graça*. O terceiro, que é mais grave e levantado, contém cartas Reais em matérias de Estado, cartas públicas, invectivas, consoláveis, laudativas, persuasórias. (LOBO, 1997, p. 55, grifos do autor).

Nessa mesma direção, outros manuais de escrever cartas apresentam, ainda, a exortação e o conselho como tipos de cartas. *La Secretaire à la Mode* (1650), de Sieur

⁹ Os manuais de escrever cartas se restringiam a determinada classe que detinha o conhecimento da escrita, fornecendo regras, conselhos e modelos. Entre formulários e prescrições, o uso dos manuais era destinado à Corte, cuja nobreza era quem enviava e recebia cartas. Segundo Malatian (2009, p. 198), “os manuais estabeleciam os temas a serem abordados conforme o correspondente e seu grau de proximidade e intimidade, os cuidados com preservação de sigilos e mesmo das próprias cartas”.

de La Serre, um manual francês, é um exemplo que contém a seguinte definição para esse tipo de carta:

Les letters de conseil de deux sortes: selon qu'on les escrit ou à ceux qui demandent conseil, ou bien à ceux qui ne le demandent point. La premier ne requiert point beaucoup d'artifice. On peut commecer par quelque petit excuse de son insuffisance, & dire que d'autre plus entendus donneroyent de meilleurs advis. Toutefois puis qu'on nous fait l'honneur de demander le nostre, nous ne voulons resuser de Le dire. Puis faut declarer ce qu'on trouve à propos de faire, & munir son dire de raisons tirées de l'honneste, de l'utile ou du delectable; prenant garde qu'elles foyent accommodées à l'estat e condition de celui dont Il s'agit. Et conclurrer par um souhait, que la resolution qu'il prendra reussisse à son bien & contentement [...].¹⁰ (SERRE, 1650, p.7).

Já no Século XIX, *O Secretário Portuguez Compendiosamente* (1823), de Francisco José Freire, apresenta a diferença entre exortação e persuasão, que nos ajuda a compreender a prática desses escritos:

A exortação e a persuasão são quasi a mesma cousa; porque quem persuade, igualmente exorta, principalmente no fim: pelo que disserão que a exortação era a parte, ou epílogo da persuasão. Porém, a persuasão usa de provas, e a exortação, para mover os affectos, serve-se de estímulos [...]. (FREIRE, 1823, p. 244).

Conforme as orientações dos manuais supracitados, visualizamos esse modo de escrita, a exortação, na primeira carta de Garrett dirigida à 'Minha Senhora' (1867, p. 34):

V. Ex.^a chamada a dirigir e superintender a educação da nossa Augusta Soberana, não se deve offender de que um cidadão ignorado, mas leal e zeloso súbdito, tome a confiança de lhe comunicar seus pensamentos sobre esta educação tam importante, de cujos rezultados dependerá a felicidade, talvez a existência, - os futuros todos de uma nação inteira, - de uma nação até-qui infeliz!

As preciosas qualidades de espírito e coração, que todos em V. Ex.^a reconhecem, me foram, não só esperança de que não seria desprezado meu trabalho, mas estímulo para aperfeiçoar porque não será perdido. Nada de estranho lhe direi de certo, nada novo apprenderá d'aqui: V. Ex.^a. conhece e sabe avaliar o bom e o mau dos melhores livros da educação que mais crédito obtiveram pela Europa.

¹⁰ Tradução livre: O primeiro ponto exige muitos artifícios. Podemos começar com alguma pequena desculpa para seu fracasso, e que outras se farão mais ouvidas melhor conselheiro. No entanto, temos a honra de procurar o nosso próprio, não queremos desanimar. Então, o que deve se declarar é a proposta de dizer e trazê-la à razão daquele do honesto, do útil ou do agradável, tomando cuidado para aqueles acomodados que fazem ao estado do que ele é. E concluir pelo desejo de que a resolução que ele terá, será para o seu próprio bem e contentamento.

Nessa passagem, que denominamos de exórdio, Garrett tenta convencer Dona Leonor da Câmara a aceitar suas orientações de educação. O emprego do exórdio pelo Visconde pretende ser um discurso laudativo, por reconhecer o lugar que a preceptora ocupa na Corte portuguesa. Com efeito, a escrita epistolar utilizada pelo autor vai ao encontro dos manuais de escrever cartas. Sua justificativa para o leitor, no início de sua obra, que já citamos e retomamos, é clara: “[...] sinceridade da expressão, e melhor quadra ao natural pouco dogmatico de um auctor despresumido de si, que antes propõe como quem duvida, do que assevera como quem sabe [...]”.

Na introdução de *O Código do Bom-tom*, Roquette recorre ao exórdio de maneira diferente:

Circunstâncias extraordinárias e imprevistas me obrigaram a sair do ninho meu paterno (para me servir da mimosa expressão de nosso imortal Camões), e a peregrinar por estranhas terras, vendo povos e países que nunca vira, e ouvindo línguas e expressões que nunca ouvira. Dez anos há que o caro Tejo e os crespos montes da fresca Sintra fugiram de meus olhos lacrimosos, sumindo-se no afogeuado horizonte que cinge o Atlântico. Vós, caros filhos, junto de mim tristes e chorosos, éreis minha única consolação (ROQUETTE, 1997, p. 51).

Nas duas cartas portuguesas, o propósito dos autores era de instituir um modo de educar, pois, afinal, eles queriam persuadir seus destinatários - fossem eles reais, como a Corte portuguesa, ou ficcionais - a seguirem seus conselhos apresentados nas cartas.

Tomando a relevância da carta como laço social, conforme Roquette assinala em seu opúsculo *Código do Bom-tom*, “[...] a carta não apenas aproxima, mas fala a respeito de quem a escreve e revela sempre algo sobre quem a recebe, permitindo aquilatar a intensidade do relacionamento entre os missivistas [...]” (BASTOS et al, 2002, p. 6). É na relação central entre signatário, conteúdo e destinatário que se dá a prática epistolar que, favorecida pela distância e pelo uso da primeira pessoa na escrita, o signatário tenta convencer o outro dos seus conselhos, de suas instruções ao destinatário, revelando-lhe suas ideias e pensamentos, assim como fizeram Garrett e Roquette em suas obras. Devido à distância, a linguagem deve ser a mais adequada possível para que o receptor da mensagem possa se apropriar dela.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Da Educação e Código do Bom-tom*, Almeida Garrett e Roquette, respectivamente, apresentam, através das cartas, um modo de escrever e um modo de educar. A primeira obra, constituída de 12 cartas, tem como signatário um homem, que

orienta uma senhora a educar outra mulher para ser governante de Portugal. Já a segunda obra, constituída por uma carta, com diversas temáticas, foi escrita por um homem e destinada a duas crianças - um menino e uma menina - a se comportarem com urbanidade na sociedade portuguesa. Ambos os signatários foram homens que instituíram um modo de educar e de civilizar seus remetentes, utilizando a retórica para atingir os seus objetivos, bem como as regras para escrever cartas, conforme divulgaram os manuais de escrever cartas.

Por meio da relação tríade – signatário, conteúdo e destinatário – a epístola permite verificar as estratégias do signatário(a)/autor(a) e o horizonte de recepção – destinatário(os/as)/leitor(es/as). Nesse gênero textual, é possível verificar o destinatário real e o implícito através do conteúdo. Gómez (2002, p. 22) entende que “cada carta busca seu interlocutor, reclama a presença da pessoa ausente. Preserva os vínculos na distância e configura um espaço através do qual se expressam e desenvolvem as identidades pessoais, familiares e sociais”. Dito de outro modo, as epístolas consideram, ainda que implicitamente, a presença de um destinatário ou de um leitor, o que pode ser denominado de “[...] interpersonalidade imaginada, quer dizer, a imaginação do tu leitor por parte do eu autor [...]” (GUILLÉN, 1998, p. 196), fazendo das cartas uma escritura de ficção.

Com efeito, o estudo da epistolografia consiste em compreender a mentalidade de uma época sobre a educação e a instrução pública portuguesa, cujas ideias presentes nas cartas circularam no Brasil oitocentista e serviram de “[...] outra fonte para a História da Educação, que requer outros enfoques, releituras e re-interpretações que se inserem na ótica da cultura escrita [...]” (CUNHA, 2008, p. 02), já que se “[...] trata de documentos escritos com a preocupação de alcançar um destinatário. Tal preocupação os torna testemunhos de redes de comunicações entre indivíduos e grupos [...]” (MALATIAN, 2009, p. 203).

ABSTRACT

This paper aims to give visibility to how to write and educate making use of the Portuguese epistles *Da Educação: Cartas dirigidas a uma senhora ilustre encarregada da instituição de uma jovem princesa* (1829) by Almeida Garrett, and *Código do Bom-Tom, or, Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX* (1845), by José Ignácio Roquette. Such letters circulated in Brazil, disseminating ideas, concepts and forms about the way of being and living at that time in the nineteenth century to a tiny elite, formed by the literate community, which, given its historical condition, had absolute control of high culture. In the two Portuguese letters, the purpose of the authors was to establish a way to educate, because they wished to persuade the recipients whether they were real, the Portuguese court, or fictional, to follow the advice

expressed in the letters. What, then, was the guidance offered to the recipients of the letters? What model of education for boys and girls does it present? Indeed, the study of epistolography consists of understanding the mentality of a time about education and Portuguese public education, whose ideas were present in the letters which circulated in nineteenth century Brazil.

Keywords: Letter. Education. Nineteenth century.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Ávila de. **A influência das ideias pedagógicas de Rousseau em Portugal**. Disponível em: <www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo541.doc>. Acesso em: 30 jul. 2011.
- BASTOS, Maria Helena Câmara et al. (Org.). **Destinos das letras**. História, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002.
- CASTIGLIONE, Baldassare. **O Cortesão**. Tradução Carlos Louzada. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CHARTIER, Roger (Dir.). **La correspondance**: les usages de la lettre au XIXe siècle. Paris: Fayard, 1991.
- DAUPHIN, Cécile e POUBLAN, Daniele. Maneiras de escrever, maneiras de viver. Cartas familiares no Século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara et al. (Org.). **Destinos das letras. História, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.
- DICIONÁRIO BIBLIOGRÁFICO PORTUGUÊS. **Estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil**. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves. Lisboa: Imprensa Nacional, 23 v., 1858-1923.
- FREIRE, Francisco José. **O Secretário Português**: compendiosamente instruído no modo de escrever cartas. Lisboa: [s.n.], 1823.
- GARRETT Almeida. **Da Educação**: cartas dirigidas a uma senhora encarregada da instituição de uma jovem princesa. Porto: Casa da Viuva More, 1867.
- GOMÉZ, Antonio Castillo. Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In: BASTOS, Maria Helena Câmara et al. (Org.). **Destinos das letras**: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002.
- GUILLÉN, Cláudio. La escritura feliz: literature y episolaridad. In: GUILLÉN, Cláudio. **Múltiples moradas**. Ensayo de literature comparada. Barcelona: Tusquets, 1998.
- HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane Marta T. et al. (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LAUNAY, Michel. Introdução. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LOBO, Francisco Rodrigues. **Corte na aldeia**. Lisboa: Editora Europa-América, 1997.
- MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MELLO, Francisco Manuel de. **Cartas de Guia de Casados**. Londres: Officina de T.C Hansard, Peterboro' – Court, Fleet-Street, 1820.

MONTAIGNE, Michel de. Da educação das crianças. In: **Os pensadores**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. Considerações sobre Cícero. In: **Os pensadores**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (Org). **História da vida privada**: da renascença ao Século das Luzes. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 3 v.

ROQUETTE, J. I. **Código do Bom-tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANCHES, António Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Covilhã/Portugal: Universidade da Beira Interior, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). Introdução. In: ROQUETTE, J. I. **Código do Bom-tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SERRE, Sieur de La. **La Secretaire à la Mode**. Amsterdam : Chez Louys Elzevier, 1650.

TOBIAS, José Antônio. **História da Educação Brasileira**. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1986.

VERNEY, Luís Antônio. **Verdadeiro método de estudar**. Lisboa: Presença, 1991.